

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

Estrutura, composição e competências da Divisão de Contabilidade da Agência Espacial Brasileira-AEB

Composição

- *Divisão de Contabilidade*-1 servidor (Cargo Comissionado-Chefe de Divisão)
- *Serviço de Contabilidade Analítica*-1 servidor (Cargo Comissionado – Chefe de Serviço)

Competências

- I – Acompanhar e analisar a consistência dos balanços, balancetes, auditores contábeis e demais demonstrações contábeis no SIAFI;
- II - Efetuar a conformidade de registro de gestão no SIAFI;
- III - realizar a conformidade contábil referente aos registros no SIAFI dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial;
- IV - Garantir a fidedignidade dos dados do Orçamento Geral da União publicado no Diário Oficial da União com os registros contábeis ocorridos no SIAFI;
- V - Efetuar registros contábeis de regularizações demandados pelos setores de execução financeira e orçamentária; e

VI - Prestar assistência e orientação na elaboração de relatórios gerenciais, bem como os relatórios que deverão compor o RG, conforme as orientações do Tribunal de Contas da União - TCU.

I - Monitorar a contabilização dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial; II - monitorar e orientar os lançamentos de aquisição e mobilização de bens de modo a assegurar o efetivo controle patrimonial no âmbito da administração direta; e

III - Fornecer e gerenciar a utilização de senhas de usuários e cadastradores do SIAFI, Rede do Serviço Federal de Processamento de Dados - Rede Serpro e Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse- SICONV.

As Demonstrações Contábeis da Agência Espacial Brasileira foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBCT SP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI, ambos da secretaria do Tesouro Nacional.

Resumo dos principais critérios e políticas contábeis

- Orçamento público: a estrutura institucional e funcional-programática do orçamento público federal é estabelecida pela Secretaria de Orçamento Federal no Manual Técnico de Orçamento - MTO, elaborado e é inserida no SIAFI para controlar o registro e a execução da receita e da despesa consignadas na Lei Orçamentária Anual – LOA.

- Ente público: os gastos do governo são custeados com recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS que é considerado como

“ente” público para fins de elaboração do orçamento, execução e consolidação das contas públicas, a qual ocorre no momento da escrituração contábil por meio dos critérios de compensação e de exclusão de itens (contas) nas transações realizadas entre os órgãos que compõem o OFSS.

- Restos a Pagar: as despesas empenhadas, mas não pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro correspondente, são contabilizadas como Restos a Pagar, ou seja, “resíduos passivos” (por não ter havido a entrega, em tempo hábil, dos produtos adquiridos ou da prestação integral dos serviços), e serão financiadas à conta de recursos arrecadados durante o exercício financeiro em que ocorreu a emissão do empenho. Portanto, Restos a Pagar, referem-se a dívidas resultantes de compromissos gerados em exercícios financeiros anteriores àquele em que deveria ocorrer o pagamento.

- Recursos orçamentários e recursos financeiros: na Contabilidade Pública, recursos orçamentários e recursos financeiros são figuras distintas. Os recursos financeiros decorrem da arrecadação das receitas (tributos) pelos entes públicos. Pode-se definir execução orçamentária⁵ como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual (LOA). Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando atender a realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento. A execução orçamentária está atrelada à execução financeira e vice-versa, pois havendo orçamento e não existindo o financeiro, não poderá ocorrer a despesa e por outro lado, pode haver recurso financeiro que não poderá ser gasto, caso não haja disponibilidade orçamentária”.

Detalhamento dos critérios contábeis adotados

Os principais critérios contábeis adotados no âmbito da AEB têm por base as normas contábeis e a classificação estabelecida pelo PCASP.

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da Agência Espacial Brasileira, tendo em consideração as opções e premissas do modelo de contabilidade aplicada ao setor público.

- Moeda funcional

A moeda funcional é o Real.

- Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

A conta única, derivada do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), é mantida no BACEN e acolhe todas as disponibilidades financeiras da União, inclusive dos fundos, das fundações, das autarquias e das empresas estatais dependentes. Ela é subdividida em Conta Única recursos Tesouro Nacional, Conta Única recursos Previdenciários e Conta Única recursos Dívida Pública.

- Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) adiantamentos e; (vi) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável.

- Estoques

Compreendem os produtos em almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Nas entradas, os estoques são avaliados e mensurados pelo valor de aquisição ou produção/construção e, nas saídas, pelo custo médio ponderado.

- Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) investimentos temporários e; (vi) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

- Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

- Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, na AEB, são os softwares, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de

aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida).

Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação de bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

As informações da depreciação dos bens móveis do IFRS são apuradas pelo Sistema Integrado de Gestão (SIG), que utiliza como regra de cálculo os seguintes parâmetros:

- Método das cotas constantes;
- Utilização da tabela definida pela Coordenação-Geral de Contabilidade – CCONT/SUCON/STN/MF, constante no Manual SIAFI, assunto 020330 Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.

Passivos

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

- Apuração do Resultado

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados:

I. Patrimonial — II. Orçamentário — III. Financeiro

- Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com a contabilidade aplicada ao setor público.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superavit/Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

- Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superavit/deficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

- Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Gestão de Custos

Objeto de Custo - Em consonância com a Lei nº 10.180, de 06 de fevereiro de 2001, que trata da organização do Sistema de Contabilidade Federal do Poder Executivo, a qual aponta como uma de suas finalidades evidenciar os custos das unidades da Administração Pública Federal, o objeto de custos adotado no portal referido são as unidades administrativas, apresentadas no SIORG. Importante destacar que a qualidade da informação produzida pelo portal depende principalmente do correto vínculo do servidor no SIAPE, em sua unidade administrativa de exercício, conforme estrutura organizacional do SIORG.

Classificação dos Custos: Grupos e Áreas de Atuação

- **Custos Controláveis** - são os itens de custo que podem ser controlados pelo gestor, levando em consideração a sua influência sobre o consumo



AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA (AEB)

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTAS EXPLICATIVAS

31/12/2022

Resultado Patrimonial (31/12/2022)

	R\$ 1,00	
ATIVO	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO CIRCULANTE	481.899.122,08	475.657.844,71
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.187.695,21	1.185.723,39
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	480.510.999,94	474.257.703,39
Estoques	200.426,93	214.417,93
ATIVO NÃO CIRCULANTE	57.122.875,71	35.424,47
Ativo Realizável a Longo Prazo	35.424,47	35.424,47
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	35.424,47	35.424,47
Imobilizado	11.228.330,10	11.542.888,45
Bens Móveis (*)	7.407.326,17	7.721.884,52
Bens Imóveis	15.270.640,46	14.195.222,17
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acumulada de Bens Móveis	-7.863.314,29	-6.473.337,65
Bens Imóveis (*)	3.821.003,93	3.821.003,93
Bens Imóveis	3.821.003,93	3.821.003,93
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acumulada de Bens Imóveis	0,00	0,00
Intangível	45.859.121,14	36.114.749,81
Software (**)	8.677.881,90	5.047.186,68
Software	9.530.316,19	5.899.620,97
(-) Amortização Acumulada de Software	-852.434,29	-852.434,29
Marcas, Direitos e Patentes Industriais (**)	37.181.239,24	31.067.563,13
TOTAL DO ATIVO	539.021.997,79	523.350.907,44
PASSIVO	31/12/2022	31/12/2021
PASSIVO CIRCULANTE	1.204.252,48	1.207.408,75
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	1.111.734,90	824.581,53
Demais Obrigações a Curto Prazo	92.517,58	382.827,22
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	1.204.252,48	1.207.408,75
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Ajustes de Avaliação Patrimonial	875.919,79	875.919,79
Resultados Acumulados	536.941.825,52	521.267.578,90
Resultado do Exercício	15.488.199,86	68.849.729,26
Resultados de Exercícios Anteriores	521.267.578,90	452.417.849,64
Ajustes de Exercícios Anteriores	186.046,76	
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	537.817.745,31	522.143.498,69
TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO	539.021.997,79	523.350.907,44

Fonte SIAFI 2022, até 31/12/2022

Ativo Circulante

Conta do grupo de Demais **Créditos e Valores a Curto Prazo**, destaque para os recursos financeiros repassados aos parceiros, DCTA, INPE, UNB, UFMA, UFSC, IFI, EMAER e UFMG, para fazer face a execução de créditos descentralizados através TED's. Considerando que os referidos registros apresentam valores correspondentes a exercícios anteriores, tais registros impactaram consideravelmente o resultado patrimonial do período. A movimentação da conta a Débito ocorre pelo registro dos recursos transferidos por meio de TED ou pelo estorno com a negativação parcial ou total do valor do lançamento e a Crédito pela comprovação dos recursos transferidos por TED ou pela devolução dos recursos financeiros não utilizados.

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Até a data de encerramento do exercício de 2022, os saldos em caixa e equivalentes de caixa, (recursos liberados pelo Tesouro), somavam em 31/12/2022 é de **R\$ 1.1187,695,21**.

(b) Créditos a curto prazo

Até a data de encerramento do exercício, os saldos de **Demais Créditos e Valores** somavam **R\$ 480.510.999,94**, valor predominante "Adiantamento – Termo de Execução Descentralizada"

- Acréscimo (debitado) pelo registro dos recursos financeiros transferidos por meio de TED;

- Acréscimo (debitado) pelo estorno com a negativação parcial ou total do valor lançado;

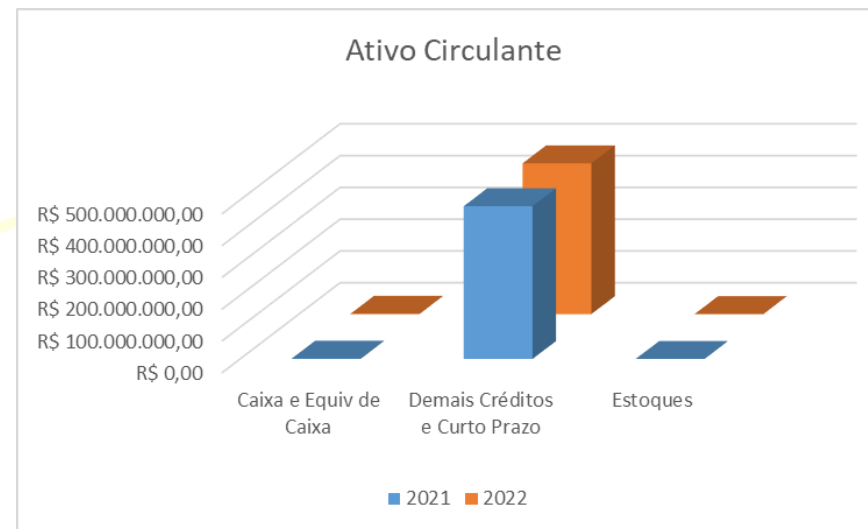
- Redução (creditado) pela comprovação dos recursos transferidos por meio de TED;

- Redução (creditado) pela devolução dos recursos financeiros não utilizados;

TED's em fase de execução e comprovação dos recursos transferidos:

Inscrição Conta Corrente	Unidade Descentralizada	Situação	Valor Transferido A Comprovar
P ED1AAAMV	Centro de Lançamento de Alcântara	Vigência até 31/12/2022	13.844.068,31
P ED1AADIS	Grupamento de Apoio de São José dos Campos	Vigência até 30/06/2023	6.959.336,94
P ED1AADJF	Centro de Lançamento de Alcântara	Vigência até 31/12/2022	8.850.035,67
P ED1AADXT	Grupamento de Apoio de São José dos Campos	Vigência até 30/06/2023	18.069.621,31
P ED1AAEQF	Instituto de Pesquisas Espaciais - INPE	Vigência até 31/12/2023	25.426.145,18
P ED1AAEWT	DIREF - Comando da Aeronáutica	Vigência até 30/06/2023	11.878.131,70
P ED 685182	Conselho Nac de Desev Cient e Tecnológico	Vigência até 31/12/2021	18.397.413,58
P ED 689213	Grupamento de Apoio de São José dos Campos	Vigência até 31/12/2023	50.596.986,84
P ED 689410	Centro de Lançamento de Alcântara	Vigência até 31/12/2022	24.783.801,32
P ED 693236	Instituto de Pesquisas Espaciais - INPE	Vigência até 30/06/2022	116.838.982,86
P ED 697215	Grupamento de Apoio de São José dos Campos	Vigência até 31/12/2023	18.485.726,19
P ED 697452	Centro de Lançamento de Alcântara	Vigência até 31/12/2022	14.332.801,90
P ED 699795	Instituto de Pesquisas Espaciais - INPE	Vigência até 30/06/2022	67.031.511,13
P ED 699977	Grupamento de Apoio de São José dos Campos	Vigências até 31/12/2023	13.803.626,32
TOTAL			409.298.189,25

Os relatórios de Cumprimento de Objeto-RCO, instrumento para verificação da comprovação dos recursos transferidos, dos TED's com prazo de vigência expirados, encontravam-se em análise nas respectivas áreas fins.



(c) Bens móveis

Durante todo o exercício, o saldo SIAFI/SIADS de bens móveis foram confrontados com a relação correspondente do documento de controle gerencial, Relatório de Movimentação de Bens Móveis – RMB.

(d) Ativo intangível

No exercício findo em 31/12/2022, houve um forte investimento no grupo Intangível, com ênfase na aquisição de novas soluções de segurança para o parque tecnológico implantado na AEB.

(e) Atos potenciais

Os saldos de contratos celebrados foram conciliados com documento de controle do sistema gerencial que viabilizou, de forma confiável, a conformidade contábil das contas do grupo de controle devedores/credores.

De tal forma, os saldos desse grupo refletem com fidedignidade os atos potenciais dos direitos contratuais em execução.

Em 31/12/2022, a execução de obrigações contratuais escrituradas em contas de controle somaram **R\$ 14.461.110,88**

Contas do grupo de **Estoques** de materiais e produtos ainda apresentam na unidade gestora saldos consideráveis remanescentes. A Agência Espacial Brasileira- AEB aderiu ao serviço de logística “Almoxarifado Virtual”, que consiste na disponibilização de sistema informatizado, para fornecimento de materiais de consumo administrativo, ou seja, materiais de expediente (papel, caneta, grampeador) e suprimentos de informática, com entregas em todo território nacional. Em geral, são itens de papelaria.

Ativo Não Circulante

- Bens Imóveis

A Agência Espacial Brasileira – AEB não possui imóveis registrados no seu imobilizado, está sendo ultimado junto a Secretaria de Patrimônio da União, a regularização dos imóveis atualmente ocupados. Até 31/12/2022 foi registrado na conta de INSTALAÇÕES o valor de **R\$ 3.821.003,93**, oriundo de recursos aplicados em melhorias nos imóveis atualmente ocupados pela AEB

- Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são

mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (**quando tiverem vida útil definida**) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Ativos intangíveis com **vida útil indefinida** não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva

	31/12/2022	31/12/2021
Software com Vida Útil Definida	8.420.193,13	5.838.161,47
Software com Vida Útil Indefinida	1.048.663,56	61.459,50
Marcas Direitos e Patentes Industriais	37.181.239,24	31.067.563,13
Amortização Acumulada	-852.434,29	-852.434,29
Total	45.797.661,64	36.114.749,81

Fonte: SIAFI 2022. Até 31/12/2022

A Agência Espacial Brasileira tem feito investimento considerável na área de Tecnologia da Informação com ênfase na segurança da informação, até 31/12/2022 houve um implemento da ordem de 60,50% no grupo Intangível, destacando aquisições de licenças de softwares para inovação dos processos tecnológicos. O grupo Marcas, Direitos e Patentes Industriais abriga o primeiro processo de Encomenda Tecnológica (ETEC), PROCESSOS DE INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS, com fundamento na Lei de Inovação, com

acompanhamento do TCU, da CGU e representantes da AGU, representando cerca de 38,41% do total do grupo.

Passivo Circulante

Destaque para o grupo **Demais Obrigações de Curto Prazo** retenções da folha de pagamento do referente ao mês 12/2022 que terá seu pagamento no mês seguinte (consignações diversas e encargos da folha de pagamento).

Resultado das Variações Patrimoniais (31/12/2022)

	R\$ 1,00	
	31/12/2022	31/12/2021
Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	219.802.422,47	204.795.865,40
Transferências e Delegações Recebidas	134.419.946,97	126.345.500,39
Repasse Recebido (do Exercício)	74.118.757,65	67.472.520,42
Transferências Recebidas para Pagamento de RP (Restos a Pagar)	59.637.801,28	55.254.856,55
Outras Transferências e Delegações Recebidas (Doação de Bens CVT-RN para AEB)	663.388,04	3.618.123,42
Valorizações e Ganhos c/Ativo e Desincorporação de Passivos (Transf. p/TED's)	85.117.723,47	78.350.923,95
Ganhos com Incorporação de Ativos	84.817.723,47	78.350.923,95
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas (Devoluções Diversas)	264.752,03	99.441,06
Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	204.314.222,61	135.946.136,14
Pessoal e Encargos	13.813.443,17	13.331.700,67
Remuneração a Pessoal	11.341.627,12	10.970.897,81
Encargos Patronais	1.845.059,83	1.764.290,76
Benefícios a Pessoal	626.756,22	596.512,10
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	633.286,49	634.959,96
Aposentadorias e Reformas	518.589,03	494.414,05
Pensões	71.713,20	95.579,48
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	42.984,26	44.966,43
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	16.613.082,84	12.671.776,58
Uso de Material de Consumo	301.807,90	327.252,35
Serviços	14.461.110,88	10.782.707,56
Depreciação, Amortização e Exaustão	1.849.717,36	1.561.816,67
Juros e Encargos de Mora	446,70	0,00
Transferências e Delegações Concedidas	94.714.624,57	86.842.059,94
Transferências Intragovernamentais (do exercício)	42.351.414,35	39.620.436,32
Transferências Intragovernamentais (Restos a Pagar)	41.766.582,91	40.455.458,91
Transferências ao Exterior (Transferências Acordo FNUD + pag de contribuição FIA)	8.857.735,67	5.719.963,48
Transferências Intergovernamentais (Convênios - 905841 CEESP)	1.322.430,35	646.138,39
Movimento de Saldos Patrimoniais (Compensa c/Outras Variações Patrimoniais Aumentativas)	264.752,03	99.441,06
Outras Transferências e Delegações Concedidas (baixas de Bens do imobilizado)	151.709,26	300.621,78
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporações de Passivos	78.443.941,90	22.412.970,31
Perdas Involuntárias	0,00	7.318,00
Incorporação de Ativos		300.000,00
Desincorporação de Ativos (comprovação de TED's e devolução de recursos financeiros)	78.443.941,90	22.105.652,31
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	95.843,64	52.668,68
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas (ressarcimento de despesas a servidores)	95.843,64	52.668,68
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (I - II)	15.488.199,86	68.849.729,26

Fonte: SIAFI 2022, em 31/12/2022

Variações Patrimoniais Aumentativas

Houve um crescimento da ordem de 7,33% nas variações aumentativas, com destaque para Transferências e Delegações Recebidas.

Variações Patrimoniais Diminutivas

No grupo "Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo" houve uma variação significativa da ordem de 34,11%, no item Serviços, com a implementação de vários contratos de despesas.

Balço Orçamentário - Despesas - 31/12/2022

R\$ 1,00								
DESPESAS								
Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Dotação Cancelada p/Decreto	Dotação Descentralizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo de Dotação
Despesas Correntes	85.862.969,00	86.528.499,00	1.302.597,00	47.311.449,47	36.387.302,28	26.861.056,67	25.897.488,06	2.829.747,25
Pessoal e Encargos	13.381.870,00	15.349.997,00	0,00	0,00	13.574.851,43	13.574.850,46	12.713.637,87	1.775.145,57
Outras Despesas Correntes	72.481.099,00	71.178.502,00	1.302.597,00	47.311.449,47	22.812.450,85	13.286.206,21	13.183.850,19	1.054.601,68
Despesas de Capital	81.219.825,00	29.567.458,00	51.652.367,00	15.749.824,18	12.993.381,10	618.014,59	0,00	824.252,72
Investimentos	81.219.825,00	29.567.458,00	51.652.367,00	15.749.824,18	12.993.381,10	618.014,59	618.14,59	824.252,72
TOTAL	167.082.794,00	116.095.957,00	52.954.964,00	63.061.273,65	49.380.683,38	27.479.071,26	25.897.488,06	3.653.999,97

Fonte: SIAFI 2022

Dotação Descentralizada - TED's - Termos de Execução Descentralizada

Total da Despesa Empenhada refere-se apenas a execução orçamentário da UG 203001 - Agência Espacial Brasileira

Demonstrativo de Execução de RP não Processados - 31/12/2022

R\$ 1,00						
Execução dos Resos a Pagar da UG 203001						
Despesas Orçamentárias	Inscritas em Exercícios Anteriores	Inscritas em 31/12 do Exercício Anterior	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldos
Despesas Correntes	286.298,30	9.582.355,31	6.939.329,18	6.935.021,79	165.316,50	2.768.315,32
Outras Despesas Correntes	286.298,30	9.582.355,31	6.939.329,18	6.935.021,79	165.316,50	2.768.315,32
Despesa de Capital	3.647.582,50	18.639.382,53	15.498.941,18	15.289.262,54	651.781,34	6.345.921,15
Investimentos	3.647.582,50	18.639.382,53	15.498.941,18	15.289.262,54	651.781,34	6.345.921,15
TOTAL	3.933.880,80	28.221.737,84	22.438.270,36	22.224.284,33	817.097,84	9.114.236,47

Fonte: SIAFI 2022

Demonstrativo de Execução de RP Processados e não Processados Liquidados - 31/12/2022:

R\$ 1,00

Despesas Orçamentárias	Inscritas em Exercícios Anteriores	Inscritas em 31/12 do Exercício Anterior	Pagos	Cancelados	Saldo
Despesas Correntes	0,00	897.268,75	896.802,87	0,00	465,88
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	811.754,59	811.754,59	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	85.514,16	85.048,28	0,00	465,88
Despesa de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	897.268,75	896.802,87	0,00	465,88

Fonte SIAFI 2022

O Balanço Orçamentário nas Demonstrações Contábeis determina que a comparação dos valores orçados com os valores realizados decorrentes da execução do orçamento deve ser incluída nas demonstrações contábeis das entidades que publicam seu orçamento aprovado, obrigatória ou voluntariamente, para fins de cumprimento das obrigações de prestação de contas e responsabilização das entidades do setor público (MCASP). A Lei 4.320/1964 prevê a elaboração do Balanço Orçamentário e dispõe que ele demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. Desta forma, considerando que os entes públicos estão obrigados à publicação da lei orçamentária anual, por força de dispositivo constitucional e observada as disposições da Lei 4.320/1964, entende-se que o Balanço Orçamentário atende aos objetivos previstos na NBC TSP 13 e, deve, tanto quanto possível, observar o disposto naquela norma.

O Balanço Orçamentário é composto por:

- a). Quadro Principal (receita e despesa);
- b). Quadro da Execução dos **Restos a Pagar Não Processados**;

Os **Restos a Pagar não processados** referem-se a despesas que já foram empenhadas, mas que ainda está em processo de liquidação, seja porque

o bem ou serviço **não** foi entregue totalmente, ou essa entrega ainda se encontra em fase de análise e conferência

c). Quadro da Execução dos **Restos a Pagar Processados**.

Caso já tenha sido efetuada a entrega dos bens ou serviços, o RAP será classificado como **Restos a Pagar processados**, caso contrário, como **Restos a Pagar não processados**. No caso dos **Restos a Pagar processados**, a despesa já deve ter sido empenhada e liquidada – bens ou serviços entregues.

BALANÇO FINANCEIRO - 31/12/2022

	R\$ 1,00	
Ingressos	31/12/2022	31/12/2021
Transferências Financeiras Recebidas	133.756.558,93	126.345.500,39
Resultantes da Execução Orçamentária	74.118.757,65	67.472.520,42
Repasses Recebidos	74.118.757,65	67.472.520,42
Independentes da Execução Financeira	59.637.801,28	58.872.979,97
Transferências Recebidas para Pagamento de Restos a Pagar	59.417.899,45	55.254.856,55
Demais Transferências Recebidas	219.901,83	3.618.123,42
Outros Recursos Vinculados a Fundos Órgãos e Programas	0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários	23.176.040,56	29.245.636,87
Inscrição de Restos a Pagar Processados	963.568,61	897.268,75
Inscrição de Restos a Pagar não Processados	21.901.612,12	28.221.737,84
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	46.107,80	27.189,22
Outros Recebimentos Extraorçamentários	264.752,03	99.441,06
Ordens Bancárias Não Sacadas - Cartão de Pagamento	0,00	0,00
Arrecadação de Outras Unidades	264.752,03	99.441,06
Saldo do Exercício Anterior	1.185.723,39	3.227.947,28
Caixa e Equivalentes a Caixa	1.185.723,39	3.227.947,28
TOTAL	158.118.322,88	158.819.084,54
Dispêndio	31/12/2022	31/12/2021
Despesa Orçamentária	49.380.683,38	58.956.529,66
Ordinárias	48.819.544,33	58.334.478,83
Vinculadas	561.139,05	622.050,83
Seguridade Social (Exceto Previdência)		622.050,83
Previdência Social (RGPS)	539.564,05	0,00
Transferências Financeiras Concedidas	84.382.749,29	80.175.336,29
Resultantes da Execução Orçamentária	42.351.414,35	39.620.436,32
Repasso Concedido	42.283.954,52	36.574.625,17
Repasso Devolvido	67.459,83	3.045.811,15
Independentes da Execução Orçamentária	42.031.334,94	40.554.899,97
Transferências Concedidas para pagamento de Restos a Pagar	41.766.582,91	40.358.921,91
Demais Transferências Concedidas	0,00	96.537,00
Movimento de Saldos Patrimoniais (Restituições e Devoluções)	264.752,03	99.441,06
Pagamentos Extraordinários	23.167.195,00	18.501.495,20
Pagamentos dos Restos a Pagar Processados	896.802,87	2.999.058,31
Pagamentos dos Restos a Pagar não Processados	22.224.284,33	15.475.247,67
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	46.107,80	27.189,22
Saldo para o Exercício Seguinte	1.187.695,21	1.185.723,39
Caixa e Equivalentes a Caixa	1.187.695,21	1.185.723,39
TOTAL	158.118.322,88	158.819.084,54

Fonte: SIAFI 2022

O Balanço Financeiro (BF) evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extra orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte. O Balanço Financeiro é composto por um único quadro que evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público, demonstrando:

- a). a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte / destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas;
- b). os recebimentos e os pagamentos extra orçamentários;
- c). as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária, destacando os aportes de recursos para o RPPS; e
- d). o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte.

FLUXO DE CAIXA - 31/12/2022

	31/12/2022
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	10.418.942,0
Ingressos	134.067.418
Outros Ingressos Operacionais	134.067.418
Ingressos Extraorçamentários	46.107
Transferências Financeiras Recebidas	133.756.558
Arrecadação de Outras Unidades (Restituições e Devoluções)	264.752
Desembolsos	123.648.476
Pessoal e Demais Despesas	27.385.149
Previdência Social	548.771
Educação	0
Ciência e Tecnologia	26.836.378
Transferências Concedidas	11.834.470
Intragovernamentais	1.654.304
Outras Transferências Concedidas	10.180.166
Outros Desembolsos Operacionais	84.428.857
Dispêndios Extraorçamentários	46.107
Transferências Financeiras Concedidas (intragovernamentais)	84.382.749
Fluxo de Caixa ds Atividades de Investimento	10.416.970
Desembolsos	10.416.970
Aquisição de Ativo Não Circulante	631.425
Outros Desembolsos de Investimentos	9.785.544
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	74.393
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	1.185.723
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	1.187.695

Fonte: SIAFI 2022

Caixa compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis.

Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em valor conhecido de caixa e que estão sujeitas a insignificante risco de mudança de valor. Os

equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e, não, para investimento ou outros fins. Para que o investimento seja qualificado como equivalente de caixa, ele deve ser prontamente conversível em quantia conhecida de caixa e estar sujeito a risco insignificante de mudanças de valor. Portanto, o investimento normalmente se qualifica como equivalente de caixa somente quando tiver vencimento de curto prazo de, por exemplo, três meses ou menos a partir da data de aquisição. Em regra, os investimentos em ações de outras entidades são excluídos dos equivalentes de caixa.

Fluxos de caixa são as entradas e as saídas de caixa e de equivalentes de caixa. Os fluxos de caixa excluem movimentos entre itens que constituem caixa ou equivalentes de caixa porque esses componentes são parte da gestão de caixa da entidade e não parte de suas atividades operacionais, de investimento e de financiamento. A gestão de caixa inclui o investimento do excesso de caixa em equivalentes de caixa

Atividades de financiamento são aquelas que resultam em mudanças no tamanho e na composição do capital próprio e no endividamento da entidade. (não se aplica)

Atividades de investimento são os referentes à aquisição e à venda de ativos de longo prazo e de outros investimentos não incluídos em equivalentes de caixa.

Atividades operacionais são as atividades da entidade que não as de investimento e de financiamento.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação-MCTI	Código do Órgão
Agência Espacial Brasileira-AEB	203001

De acordo com análise realizada, declaro que as demonstrações contábeis constantes do SIAFI (Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Fluxo de Caixa), regidos pela Lei 4.320/1964 e Pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBCT 16.6, aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício de 2022 do Órgão acima referenciado, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária e financeira e patrimonial, sem ressalvas.

Renato José de Sousa
Contador CRC-DF 6957/O-9

AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA